

CÍRCULOS DE CULTURA: O CINEMA VAI AO CAMPO NO ASSENTAMENTO MANDACARU

Aparecida Salustiano Rodrigues¹

Faustino Teatino Cavalcante Neto²

Ranieli Batista da Silva³

EIXO IV – EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DA LUTA INDÍGENA, QUILOMBOLA E RIBEIRINHA

Resumo

O presente artigo relata como foi desenvolvido o projeto Círculos de cultura: O cinema vai ao Assentamento Mandacaru na antiga fazenda feijão, no Município de Sumé no Cariri Paraibano, no período de Maio de 2016 a dezembro de 2016, contemplando todas as agrovilas lá existentes. O objetivo do projeto de extensão foi levar o cinema às famílias pertencentes às associações comunitárias camponesas sumeenses, promovendo discussões político-culturais acerca de questões identitárias, educativas, agrárias e sociais. Considera-se que, de modo geral, o projeto ‘Círculos de cultura: o cinema vai ao campo’ foi uma ação extensionista de relevante importância, no que se refere à receptividade do público alvo, a participação e envolvimento das pessoas, os debates e questões discutidas, bem como as relações de amizade, de afeto e de troca de saberes. Tendo em vista que os propósitos do projeto foram alcançados por haver uma consonância entre o que era discutido e proposto pelos professores, nas reuniões prévias, e a realização das sessões de cinema ocorridas na comunidade. Tal consonância era fortalecida pela temática apresentada e as discussões advindas pelos membros da comunidade. Discutir questões relacionadas com água, convivência com o semiárido, solo, luta pela terra, agrotóxico, envolvimento político, cidadania e outros são temas relevantes e imprescindíveis aos sujeitos do campo, uma vez que são temas do seu cotidiano, da vida campesina.

Palavras Chave: CINEMA, IDENTIDADE, CULTURA, QUESTÕES POLÍTICO-SOCIAIS

¹ Aparecida Salustiano Rodrigues- Universidade Federal de Campina Grande - email: cidadb2012@gmail.com

² Faustino Teatino Cavalcante Neto- Universidade Federal de Campina Grande - email: faustino.teatino@ufcg.edu.br

³ Ranieli Batista da Silva- Universidade Federal de Campina Grande - e-mail: raniellybatist@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo faz parte das lutas históricas dos movimentos sociais do campo. São, pois, lutas por uma reforma agrária democratizante, por uma cidadania ampliada para as populações camponesas, historicamente excluídas em favor do latifúndio e dos privilégios concedidos às classes dominantes.

O presente artigo tem a pretensão de apresentar as ações desenvolvidas no Projeto de Extensão denominado: Círculos de Cultura: o cinema vai ao campo, no período compreendido entre maio de 2016 a dezembro de 2016. O referido projeto teve sua edição inicial em 2014, a partir da aprovação do mesmo na Unidade de educação do campo - UAEDUC, em assembleia realizada em novembro de 2014.

Em 2015, o projeto foi submetido ao Edital de seleção de bolsa no Programa de Bolsas de Extensão – PROBEX, tendo obtido aprovação e sendo contemplado com uma bolsa de extensão destinada a um aluno. Em 2016, o projeto foi contemplado com uma bolsa de extensão, destinada a uma aluna do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA.

O projeto Círculos de cultura: o cinema vai ao campo, constitui-se de uma ação de extensão político-cultural promovida pela Universidade, através de professores da UAEDUC e realizada em comunidades pertencentes ao município de Sumé, no cariri paraibano. Os participantes da equipe executora do projeto são professores e alunos da UAEDUC.

A comunidade contemplada com a realização do projeto em 2016 é identificada como uma comunidade rural, cuja população é composta por trabalhadores e trabalhadoras rurais, pequenos proprietários camponeses (assentados da reforma agrária).

Nessa perspectiva o projeto teve por objetivo geral levar o cinema às famílias pertencentes às associações comunitárias camponesas sumeenses, promovendo discussões político-culturais acerca de questões identitárias, educativas, agrárias e sociais. Através de ações extensionistas voltadas para a interação entre a imagem cinematográfica e a população camponesa, promovendo discussões acerca da cultura imagética e questões relacionadas com o campo e suas especificidades. E como objetivos específicos: Proporcionar, através da imagem cinematográfica, debates acerca de questões que envolvem a temática do semiárido brasileiro, seus desafios e possibilidades; Instituir um processo de formação, envolvendo alunos e professores da Universidade e camponeses, no sentido de constituir um grupo de discussão

acerca de questões agrárias, educacionais, políticas, culturais, sociais e cotidianas relacionadas ao espaço de vivência desses sujeitos; Promover, a partir da revisitação histórica de temas nacionais apresentados na imagem em movimento, o questionamento acerca da realidade circundante, do posicionamento individual e coletivo; Produzir vídeodocumentário sobre a história do assentamento e realização do projeto “Cinema vai ao campo”, tendo como protagonistas os sujeitos do assentamento Mandacaru.

O presente projeto consubstancia-se como uma ação dialógica a partir da qual tais questões possam ser discutidas, a partir de imagens cinematográficas, com os camponeses da comunidade rural da Carnaúba, situada na região do raio de abrangência do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA. Importante destacar que a ação extensionista proposta nesse projeto já experienciou dois outros momentos nas comunidades rurais do município de Sumé: o primeiro foi junto ao Olho D’Água do Padre, ao Caititú, ao Mulungú, ao Catonho e à Pitombeira (durante o ano de 2015); e o segundo foi junto ao Assentamento Mandacaru (durante o ano de 2016).

Constatamos estas experiências como exitosas, tanto pelos calorosos debates transcorridos em meios às sessões fílmicas, como pela repercussão positiva que o projeto passou a ter entre outras comunidades daquele município que não haviam sido contempladas com a proposta, a ponto de estas manifestarem seus desejos em receberem visitas da equipe executora do projeto.

Assim, tendo em vista a significativa demanda surgida, pensamos em solicitar a renovação do projeto em tela dando um novo ineditismo ao mesmo, qual seja: diferentemente de sua primeira versão, que contemplou comunidades rurais com um significativo grau de organicidade política, consideramos também importante para uma terceira versão um território que é carente em condições de possibilidades para suas agências políticas. Nesse sentido, selecionamos a comunidade rural da Carnaúba por ser uma comunidade considerada, inclusive em estudos acadêmicos, como precária em termos de sentido comunitário e de espaços de entretenimentos.

Ponderamos que levar o cinema de temática rural por meio das associações de uma comunidade rural da região do Cariri paraibano justifica-se numa dupla dimensão: primeiro, promover a cultura cinematográfica às populações do campo como forma de acesso ao lazer e entretenimento; e, segundo, a partir de representações no cinema brasileiro, promover

urgentes discussões políticas sobre questões identitárias, agrárias, o semiárido e os movimentos do campo.

O projeto, desse modo, trata a cultura como elemento importante da luta de classes e da formação política e cidadã.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação do Campo, paradigma construído nos últimos quinze anos pelos sujeitos do campo organizados em movimentos sociais e sindicais, visando elaborar uma discussão e propor formas de fazer acontecer à escola no contexto camponês, só pode ser compreendida a partir do que se entende por Campo e, conseqüentemente, do significado que a Educação assume na realidade do Campo brasileiro e na sua relação com o Urbano.

A Educação do Campo como um conceito contemporâneo se coloca dentro das contradições da sociedade capitalista brasileira e emerge,

(...) protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2011, p. 259).

Por isto, a concepção e a prática da Educação do Campo se expressam em diferentes dimensões e espaços pedagógicos escolares e não escolares articulados diretamente com os processos de lutas e mobilizações das populações do campo por terra, água, preservação dos biomas, soberania alimentar e políticas sociais de saúde, educação, moradia, transporte e lazer.

A luta pelo direito ao acesso, a permanência e a continuidade com sucesso na escola se afirma cada vez mais como o direito dos sujeitos do campo. Todavia, não basta o acesso a escolarização, esta precisa ser contextualizada e socialmente referenciada na realidade, nas lutas e organizações do campo.

Juntamente com a luta pela escola como direito humano, os povos do campo reafirmam a necessidade de que outras práticas educativas estejam presentes em suas comunidades e assentamentos. Nesta perspectiva, reclamam também a formação de pessoas para atuarem de forma ativa e crítica dentro de sua realidade.

Uma das formas que temos de fazer isto é exatamente rompendo com o paradigma hegemônico sobre o campo e o camponês como espaço da ausência, dos inexistentes, inferiorizados e atrasados para lançar outros novos olhares sobre a realidade.

Assim, práticas educativas não escolares se tornam fundamentais para o processo de formação humana na dimensão social, política, produtiva, organizativa e cultural destas populações. Circular no campo a vivência com diferentes linguagens (escritas, visuais, midiáticas) desenvolvendo um conjunto de conhecimentos que possam contribuir na socialização dos indivíduos e na vivência prática com estas linguagens, são possibilidades e necessidades da ruralidade atual.

Um aspecto que vem sendo muito abordado como fator de êxodo, principalmente dos jovens do campo, é a ausência da escola de Ensino Médio e espaços que tragam cultura e lazer para o campo. Assim, os jovens rurais procuram na cidade a continuidade dos seus sonhos e a realização das atividades de cultura e lazer (festas, prática de esportes, cinemas, etc.). Segundo Carneiro (1998, p. 257), “a ausência de espaços de lazer é responsável, entre outros fatores, pela avaliação negativa do campo em relação à cidade e pelo desejo de migração”.

As políticas públicas educacionais e culturais ao longo do tempo sempre privilegiaram setores de elite em detrimento das classes populares, de acesso aos diferentes bens produzidos pela humanidade, dentre estes o cinema. Muitos sujeitos do campo passaram toda sua vida sem ter acessado uma das maiores descobertas do século passado – que é o cinema.

É dentro do entendimento do direito dos sujeitos ao acesso ao lazer, aos conhecimentos, que propomos a ação educativa do cinema nas comunidades rurais, buscando trabalhar a linguagem cinematográfica também como recurso educacional, para ampliar as experiências, os conhecimentos, a imaginação, a reflexão nos sujeitos participantes da proposta.

A Educação do Campo, mais do que um “tipo” específico de educação, é uma manifestação política que objetiva reconhecer à realidade do campo, bem como aqueles que habitam esse lugar e que se constroem, também, a partir dele. Historicamente, os povos camponeses foram e, de certa forma ainda são, deixados à margem dos projetos de desenvolvimento do Brasil.

Esta perspectiva educacional tem seu gérmen já nos anos 1960, quando ocorreu um vigoroso movimento de educação popular que buscava, na contramão de modelos educacionais instrumentalistas, tecnicistas e excludentes, fomentar a participação política das camadas populares, inclusive as do campo, e criar alternativas pedagógicas identificadas com a cultura e com as necessidades nacionais (RIBEIRO apud BRASIL, 2007, p. 11). Tal movimento, embargado pela Ditadura Militar em 1964, reapareceu, de maneira renovada, a partir dos anos 80 do século passado. A Constituição de 1988, sobretudo em seus artigos 205, 206, 208 e 210, expressa parte do resultado de toda uma luta de movimentos sociais e sindicais que demandaram, dentre outras coisas, a incorporação do princípio da participação direta na administração pública e também a criação de conselhos gestores como forma de controle popular nas definições políticas do país (BRASIL, 2005, p. 8).

A política de educação específica para a população do campo posta no campo dos direitos, reconhece conhecimentos a serem apreendidos e sistematizados pela escola com propriedade científica e que podem ser transformados em novos conhecimentos para gerar habilidades e competências para que os moradores (as) e trabalhadores (as) do campo intervenham em sua realidade de forma crítica e propositiva. O direito à educação se articula ao direito à terra, à água, à floresta, à soberania alimentar, ao trabalho, ao fortalecimento da cultura camponesa e às diferentes formas de produção e reprodução social da vida.

Assim como também o direito à cultura, a exemplo do acesso ao cinema. Nesse projeto, buscamos levar às comunidades do campo da região caririzeira um cinema contextualizado que, ao mesmo tempo em que proporcione entretenimento comunitário e sociabilidades, também possibilite uma discussão politizada sobre as questões do campo a partir do olhar da cinematografia. Essa linguagem, também política, desde os anos 1960, com o cinema Novo, tem trazido preocupações com questões ligadas a terra e aos homens e mulheres do campo. Conforme assinala Miguel Arroyo (2010, p. 16) “O cinema com sua sensibilidade e linguagem vê outras realidades, outras terras porque tem coragem de ver e de mostrar outras imagens dos povos indígenas,

A Educação do Campo, paradigma construído nos últimos quinze anos pelos sujeitos do campo organizados em movimentos sociais e sindicais, visando elaborar uma discussão e propor formas de fazer acontecer à escola no contexto camponês, só pode ser compreendida a partir do que se entende por Campo e, conseqüentemente, do significado que a Educação assume na realidade do Campo brasileiro e na sua relação com o Urbano.

A Educação do Campo como um conceito contemporâneo se coloca dentro das contradições da sociedade capitalista brasileira e emerge,

(...) protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2011, p. 259).

Por isto, a concepção e a prática da Educação do Campo se expressam em diferentes dimensões e espaços pedagógicos escolares e não escolares articulados diretamente com os processos de lutas e mobilizações das populações do campo por terra, água, preservação dos biomas, soberania alimentar e políticas sociais de saúde, educação, moradia, transporte e lazer.

A luta pelo direito ao acesso, a permanência e a continuidade com sucesso na escola se afirma cada vez mais como o direito dos sujeitos do campo. Todavia, não basta o acesso a escolarização, esta precisa ser contextualizada e socialmente referenciada na realidade, nas lutas e organizações do campo.

Juntamente com a luta pela escola como direito humano, os povos do campo reafirmam a necessidade de que outras práticas educativas estejam presentes em suas comunidades e assentamentos. Nesta perspectiva, reclamam também a formação de pessoas para atuarem de forma ativa e crítica dentro de sua realidade.

Uma das formas que temos de fazer isto é exatamente rompendo com o paradigma hegemônico sobre o campo e o camponês como espaço da ausência, dos inexistentes, inferiorizados e atrasados para lançar outros novos olhares sobre a realidade.

Assim, práticas educativas não escolares se tornam fundamentais para o processo de formação humana na dimensão social, política, produtiva, organizativa e cultural destas

populações. Circular no campo a vivência com diferentes linguagens (escritas, visuais, midiáticas) desenvolvendo um conjunto de conhecimentos que possam contribuir na socialização dos indivíduos e na vivência prática com estas linguagens, são possibilidades e necessidades da ruralidade atual.

Um aspecto que vem sendo muito abordado como fator de êxodo, principalmente dos jovens do campo, é a ausência da escola de Ensino Médio e espaços que tragam cultura e lazer para o campo. Assim, os jovens rurais procuram na cidade a continuidade dos seus sonhos e a realização das atividades de cultura e lazer (festas, prática de esportes, cinemas, etc.). Segundo Carneiro (1998, p. 257), “a ausência de espaços de lazer é responsável, entre outros fatores, pela avaliação negativa do campo em relação à cidade e pelo desejo de migração”.

As políticas públicas educacionais e culturais ao longo do tempo sempre privilegiaram setores de elite em detrimento das classes populares, de acesso aos diferentes bens produzidos pela humanidade, dentre estes o cinema. Muitos sujeitos do campo passaram toda sua vida sem ter acessado uma das maiores descobertas do século passado – que é o cinema.

É dentro do entendimento do direito dos sujeitos ao acesso ao lazer, aos conhecimentos, que propomos a ação educativa do cinema nas comunidades rurais, buscando trabalhar a linguagem cinematográfica também como recurso educacional, para ampliar as experiências, os conhecimentos, a imaginação, a reflexão nos sujeitos participantes da proposta.

A Educação do Campo, mais do que um “tipo” específico de educação, é uma manifestação política que objetiva reconhecer à realidade do campo, bem como aqueles que habitam esse lugar e que se constroem, também, a partir dele. Historicamente, os povos camponeses foram e, de certa forma ainda são, deixados à margem dos projetos de desenvolvimento do Brasil.

Esta perspectiva educacional tem seu germen já nos anos 1960, quando ocorreu um vigoroso movimento de educação popular que buscava, na contramão de modelos educacionais instrumentalistas, tecnicistas e excludentes, fomentar a participação política das camadas populares, inclusive as do campo, e criar alternativas pedagógicas identificadas com a cultura e com as necessidades nacionais (RIBEIRO apud BRASIL, 2007, p. 11). Tal movimento, embargado pela Ditadura Militar em 1964, reapareceu, de maneira renovada, a

partir dos anos 80 do século passado. A Constituição de 1988, sobretudo em seus artigos 205, 206, 208 e 210, expressa parte do resultado de toda uma luta de movimentos sociais e sindicais que demandaram, dentre outras coisas, a incorporação do princípio da participação direta na administração pública e também a criação de conselhos gestores como forma de controle popular nas definições políticas do país (BRASIL, 2005, p. 8).

A política de educação específica para a população do campo posta no campo dos direitos, reconhece conhecimentos a serem apreendidos e sistematizados pela escola com propriedade científica e que podem ser transformados em novos conhecimentos para gerar habilidades e competências para que os moradores (as) e trabalhadores (as) do campo intervenham em sua realidade de forma crítica e propositiva. O direito à educação se articula ao direito à terra, à água, à floresta, à soberania alimentar, ao trabalho, ao fortalecimento da cultura camponesa e às diferentes formas de produção e reprodução social da vida.

Assim como também o direito à cultura, a exemplo do acesso ao cinema. Nesse projeto, buscamos levar às comunidades do campo da região caririzeira um cinema contextualizado que, ao mesmo tempo em que proporcione entretenimento comunitário e sociabilidades, também possibilite uma discussão politizada sobre as questões do campo a partir do olhar da cinematografia. Essa linguagem, também política, desde os anos 1960, com o cinema Novo, tem trazido preocupações com questões ligadas a terra e aos homens e mulheres do campo. Conforma assinala Miguel Arroyo (2010, p. 16) “O cinema com sua sensibilidade e linguagem vê outras realidades, outras terras porque tem coragem de ver e de mostrar outras imagens dos povos indígenas, quilombolas, camponeses, trabalhadores da terra.”

Portanto, o cinema toca em assuntos que não aparecem nos círculos escolares e o presente projeto perpassa por uma concepção de pedagogia da terra, entendendo-a para além do espaço de escolarização formal, uma vez que o mesmo será desenvolvido no âmbito de associações de uma comunidade rural e de assentamento do Cariri paraibano.

METODOLOGIA

A metodologia do projeto de extensão foi estabelecida a partir da realização de encontros sistemáticos mensais, constituindo sessões de exposição cinematográfica, seguida de debate a partir da exibição fílmica.

A equipe executora do projeto estabeleceu uma sistemática semanal de encontros com vistas a estudar, discutir, preparar material para o desenvolvimento das ações extensionistas, bem como para estabelecer cronograma. Na semana que antecedia o encontro na comunidade, a equipe executora se reunia a fim de organizar a ida do grupo à comunidade. Após o evento reunia-se novamente para avaliar o encontro, principalmente no que diz respeito ao filme apresentado, à dinâmica da discussão e os resultados alcançados.

No que se refere às sessões fílmicas, inicialmente foi feito contato com representantes das comunidades com o intuito de divulgar o projeto e conseguir adesão das pessoas residentes na localidade.

As sessões ocorreram em espaços comunitários, nos quais eram instalados computador, data-show, caixa de som, propícios para a exibição cinematográfica. Foram utilizados como espaço para as sessões-debate a Escola Municipal da comunidade do assentamento Mandacaru e a sede da associação de produtores locais.

Foram contempladas 318 pessoas que formam 118 famílias pertencentes ao Assentamento Rural Mandacaru, do município de Sumé-PB. Cada sessão contou com a participação de adultos, idosos, jovens e crianças.

A coordenação do encontro era assumida pelos professores. Após a exibição do filme, a palavra era facultada aos participantes para reflexão e debate.

No decorrer das sessões de vídeo e a partir de questões levantadas pela comunidade nos respectivos debates, a equipe avaliou a importância de registro das histórias do próprio Assentamento, através de produção de vídeodocumentário. Tal estratégia foi pensada como forma de valorização da memória coletiva da comunidade e fortalecimento dos vínculos organizativos e identitários dos sujeitos. Assim, foram realizadas entrevistas com pessoas mais velhas da comunidade, além de registros fotográficos de áreas destacadas pelos camponeses como importantes para o Assentamento, assim como das sessões de cinema realizadas por este projeto.

DESENVOLVIMENTO

Para o desenvolvimento das atividades, o projeto tomou por base dois movimentos. O primeiro, a etapa preparatória e o segundo, a sessão fílmica na comunidade. Na etapa preparatória, a equipe de professores selecionava filmes, documentários, curta metragem e organizava a preparação propriamente dita do evento mensal. Na sessão fílmica, a exposição da película cinematográfica, seguida de debate.

Na última exibição, na qual foi apresentado o vídeodocumentário da história da própria comunidade, produzido pela equipe deste projeto, as atividades envolveram também a realização de sorteio de rifa para aquisição de cadeiras para a associação do assentamento e as seguintes atividades culturais: apresentação da peça teatral “Auto de Natal Caipira”, pelo Grupo Teatral Arupemba, do CDSA, dirigido pela professora Eliane Tejera Lisboa e apresentação musical de trio de forró composto por alunos do CDSA e membros da comunidade.

Foram apresentados os seguintes filmes:

FILME / DOCUMENTÁRIO FOCO DO DEBATE

Narradores de Javé / Discussão sobre identidade, pertença, conflito identitário.

Terras para Rose / Discussão sobre luta pela terra e reforma agrária.

Dona Caroba: não troque o voto por água / Discussão sobre cidadania, a força da mulher do semiárido, compra de votos e a água como um direito.

Curtas sobre a PEC/55 e Reforma da Previdência / Repercussões de políticas governamentais atuais para os agricultores e agricultoras familiares.

Círculos de Cultura: o cinema vai ao Assentamento Mandacaru / Vídeodocumentário sobre a história do Assentamento Mandacaru, protagonizado pelos assentados e assentadas locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que, de modo geral, o projeto ‘Círculos de cultura: o cinema vai ao campo’ foi uma ação extensionista de grande valia, no que se refere à receptividade do público alvo, a participação e envolvimento das pessoas, os debates e questões discutidas, bem como as relações de amizade, de afeto e de troca de saberes.

Os propósitos do projeto foram alcançados por haver uma consonância entre o que era discutido e proposto pelos professores, nas reuniões prévias, e a realização das sessões de cinema ocorridas na comunidade. Tal consonância era fortalecida pela temática apresentada e as discussões advindas pelos membros da comunidade.

Discutir questões relacionadas com a convivência com o semiárido, luta pela terra, envolvimento e participação política, cidadania e outros são temas relevantes e imprescindíveis aos sujeitos do campo, uma vez que são temas do seu cotidiano, da vida campesina.

Produzir e exibir o vídeodocumentário sobre a comunidade explicitou que todos somos sujeitos de história, identidades e saberes relevantes de serem registrados e compartilhados. Considerado o ponto alto do projeto, fruto de discussões que emergiram no curso da realização do projeto, é uma estratégia interessante de ser considerada para a continuidade e/ou elaboração de novas ações extensionistas em comunidades campesinas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1075-1432, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. MEC, SECAD, 2007.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CALDART, Rosely. Educação do Campo. In: CALDART, R. et al. (Org.). Dicionário da educação do campo. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 259-267.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

KELNNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: EDUSC, 2001.

MARTINS, Aracy Alves [et al] **Cinema e Educação do Campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010

